

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.494.672 - SP (2019/0120232-9)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : WALMIR ALVES DE SOUZA
ADVOGADO : PATRÍCIA EVANGELISTA DE OLIVEIRA - SP177326
AGRAVADO : ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : AUGUSTO RODRIGUES PORCIUNCULA E OUTRO(S) - SP328673
INTERES. : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por WALMIR ALVES DE SOUZA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. Policial Militar reformado por invalidez permanente com proventos proporcionais. Pretensão ao reconhecimento do direito a proventos integrais e promoção ao posto imediatamente superior àquele ocupado quando em atividade, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei Estadual n.

5.451/86. Ausência de comprovação de nexo causal entre o fato causador da invalidez e o exercício da atividade laboral. Perícia médica judicial realizada sob o crivo do contraditório e da ampla defesa. Ausência de argumentos concretos que enfraqueçam a conclusão do expert. Requerente que não se encaixa nas hipóteses do art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal. Inteligência dos arts. 32, V, e 35, II, do Decreto-Lei Estadual n. 260/70. SEXTA-PARTE. Requerente que não juntou demonstrativo de pagamento a fim de comprovar que recebe a referida verba e que ela vem sendo paga de forma incorreta.

Sentença de improcedência mantida. Recurso não provido.

O recorrente alega violação do art. 374, III, do novo CPC, trazendo o seguinte argumento:

Pela transcrição acima, não dependem de provas os fatos admitidos no processo como incontroversos, ou seja, a afirmativa da Recorrida no sentido de que o mesmo não tem direito à gratificação da sexta-parte, torna incontroversa a alegação do Recorrente que não recebe tal benesse, não havendo necessidade de apresentar tal documento, ou seja, torna desnecessária qualquer dilação probatória para sua manifestação (fls. 301).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente